



Emendas devem ir para PEC paralela, diz Davi Alcolumbre

O presidente do Senado afirmou ontem que o relator, Tasso Jereissati, vai transferir as mudanças para a PEC paralela, de modo a garantir que a reforma não volte à Câmara



Representantes da Frente Nacional de Prefeitos visitaram ontem o presidente para pedir que os municípios sejam incluídos na reforma. Davi prometeu ajudar

Em entrevista ontem, Davi Alcolumbre informou que tanto o relator quanto a presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Simone Tebet, resolveram não mexer no texto principal aprovado pelos deputados. Eles querem evitar questionamentos futuros e atrasos na votação da reforma. Davi adiantou que os líderes partidários decidiram votar a PEC paralela em até 15 dias após a aprovação da proposta original. Ontem as duas propostas passaram pela terceira sessão de discussão no Plenário do Senado. **3**

Debatedores criticam redução de postos da Receita Federal

Em debate na Comissão Mista de Orçamento, eles disseram que pode haver prejuízo aos contribuintes da Região Norte e queda na arrecadação. **3**

Instalada no Congresso Frente Parlamentar da Juventude

A frente conta com 87 deputados e senadores inscritos. O senador Irajá foi eleito presidente. A vice-presidência ficou com Flávio Bolsonaro. **2**

Mercado de carbono precisa de marco, defendem especialistas

Debatedores pediram um marco regulatório para o carbono, que ajude o Brasil a atingir a meta de redução da emissão de gases a partir de 2020. **4**

Extintor no carro é útil, mas não deve estar em lei, aponta debate

Em audiência na Comissão de Fiscalização e Controle sobre projeto que torna o extintor obrigatório nos veículos, especialistas disseram que a presença do produto é importante porque salva vidas, principalmente quando usado por outros motoristas solidários para debelar incêndios em acidentes que acabaram de ocorrer, evitando o agravamento antes da chegada dos bombeiros. Mas disseram que impor um tipo específico de produto, por lei federal, pode ser considerado inconstitucional. **4**



Rodrigo Pacheco (2º à dir.) deve apresentar seu relatório na Comissão de Fiscalização e Controle nos próximos dias

Juscelino Kubitschek é homenageado em sessão especial no Plenário



Randolfe Rodrigues, Izalci Lucas e Anna Christina Kubitschek, neta do ex-presidente, em sessão especial no Plenário

O aniversário de nascimento do ex-presidente da República Juscelino Kubitschek e de inauguração do Memorial JK foi comemorado ontem em sessão especial no Plenário. JK nasceu em Diamantina (MG) há 117 anos. O Memorial foi fundado há 38 anos em Brasília. O senador Randolfe Rodrigues, autor do requerimento, lembrou que as primeiras obras realizadas em seu estado, o Amapá, foram no governo de JK. Os senadores do Distrito Federal também destacaram obras de ex-presidente. **2**

Senado instala Frente Parlamentar da Juventude

Presidente da frente, o senador Irajá apresentou ações como o programa Estágio Visita, que já existe na Câmara e acontecerá no Senado a partir de novembro, e a proposta da nova lei do primeiro emprego

O SENADOR IRAJÁ (PSD-TO) foi eleito ontem presidente da Frente Parlamentar da Juventude (FPJovem). O vice-presidente eleito é o senador Flávio Bolsonaro (PLS-RJ).

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, participou da instalação da frente, que já tem 87 deputados e senadores inscritos. Irajá apresentou as ações que a FPJovem está desenvolvendo, como o programa Estágio Visita, nos mesmos moldes do que já ocorre na Câmara. Dois jovens indicados por senadores poderão passar uma semana conhecendo as comissões, o Plenário e o trabalho dos parlamentares. O projeto vai começar em novembro, com a participação de 20 alunos, mas a meta é a adesão de 162 estudantes a partir do ano que vem.

— As pessoas que vêm conhecer o Congresso saem daqui com outra impressão completamente diferente. É claro que isso tem ressonância nos estados e os municípios.



Davi Alcolumbre assina documento que oficializa a frente parlamentar

Irajá apresentou também proposta da nova lei do primeiro emprego que, segundo ele, tem regras que misturam as do programa Menor Aprendiz e as da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A iniciativa ofereceria oportunidade para que o grupo de 16 a 24 anos entrasse no mercado de trabalho por meio de regras simples que beneficiam estudantes e empresários.

Flávio disse que o estímulo ao empreendedorismo deve começar desde o ensino médio. Davi defendeu que não existe

outro caminho para mudar a vida das pessoas que não seja por meio da política.

— Aqueles que continuam ajudando a dividir a sociedade vão pagar um preço muito caro lá na frente, porque a sociedade espera emprego e respostas.

A diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, sugeriu que a frente estimule o primeiro voto.

— Esse é o recado da juventude: ela não quer criminalizar a política, quer participar da política. Por isso ela mandou jovens políticos para a Câmara e para o Senado.

Defesa da liberdade de ensinar marca homenagem no Plenário

A liberdade de ensinar e aprender e o pluralismo de ideias assegurados pela Constituição ao ambiente escolar foram defendidos ontem em sessão especial do Senado para comemorar os 75 anos da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen).

O presidente em exercício da entidade, José Ferreira de Castro, defendeu o respeito às diferentes concepções pedagógicas das escolas particulares.

— Educar é direito natural e inalienável da família, cada uma com sua opção filosófica, crença, valores, princípios e propósitos, respeitando-se a individualidade de cada um.

Ferreira de Castro destacou que a confederação congrega cerca de 45 mil instituições de ensino privadas no país.

O senador Marcelo Castro (MDB-PI), que propôs a homenagem, ressaltou a colaboração das instituições privadas no “grande desafio” de assegurar educação para todos.

— O acesso à educação, alçado ao patamar de um direito fundamental, é forma de justiça social. Por meio desse direito, a sociedade se transforma, promove cidadania, proporciona cumprimento dos direitos e deveres, igualdade de oportunidades, além de se desenvolver pessoal e profissionalmente.

Heinze elogia batalhão da PM de Caxias do Sul

Luis Carlos Heinze (PP-RS) parabenizou ontem o 12º Batalhão da Polícia Militar de Caxias do Sul pelo seu 45º aniversário. Para ele, é essencial valorizar experiências bem-sucedidas, como a da unidade, que, apesar da crise na segurança pública, tem-se destacado por aliar o policiamento ao compromisso com a cidadania.

— A atividade policial precisa ser exercida de forma dinâmica, identificando as demandas da população e adequando os recursos disponíveis.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Sessão destaca coragem de Juscelino para construir Brasília

O Senado comemorou ontem o aniversário de nascimento do ex-presidente da República Juscelino Kubitschek e de inauguração do Memorial JK. O homenageado nasceu em Diamantina, Minas Gerais, há 117 anos. O Memorial foi fundado há 38 anos em Brasília.

A sessão contou com a presença de Anna Christina Kubitschek, neta de Juscelino e presidente do Memorial, do ex-senador Paulo Octávio e do pioneiro de Brasília, ex-deputado federal Carlos Murilo Felício dos Santos.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), autor do requerimento para a sessão especial, lembrou que as

primeiras obras realizadas em seu estado, o Amapá, foram no governo de JK. Entre elas, a hidrelétrica, a instalação da indústria e comércio de minérios e a inauguração da estrada de ferro.

Os senadores do Distrito Federal também exaltaram as obras de Juscelino. A interiorização do país foi destacada por Reguffe (sem partido). Izalci Lucas (PSDB) elogiou a coragem de JK de fazer a integração do Brasil e realizar o plano de metas para a industrialização do país.

Wellington Fagundes (PL-MT) destacou o “otimismo contagiante” e o carisma do ex-presidente para garantir o consenso.

Frente de Ciência e Tecnologia critica de cortes de verbas

Os recentes cortes de investimentos feitos pelo governo na ciência e tecnologia repercutiram ontem em debate promovido pela Frente Parlamentar Mista de Ciência e Tecnologia, Pesquisa e Inovação do Congresso.

— Não podemos deixar que os cortes continuem. Nosso orçamento hoje é menor do que 15 anos atrás — disse o senador Izalci Lucas (PSDB-DF), presidente da frente.

Para ele, é preciso debater a importância da inovação, da ciência e da tecnologia

para o desenvolvimento do país e encontrar alternativas aos cortes de investimentos. Já o secretário-executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia, Júlio Semeghini, defendeu a necessidade de desburocratizar o setor.

— A gente precisa permitir as parcerias e desburocratizar os processos de inovação. É incrível o tempo que a gente gasta, e o custo parte do pouco dinheiro que a gente tem para cuidar disso — afirmou.

O encontro foi o segundo da frente parlamentar.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



CDH Previdência Social

9h Audiência para debater Previdência e Trabalho, com foco na Previdência que queremos.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

9h Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC da Previdência e da PEC paralela.

SESSÃO ESPECIAL Homenagem ao Jornal Nacional

11h Sessão destinada a comemorar 50 anos do Jornal Nacional.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Érica Ceolin
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Davi: emendas à reforma migram para PEC paralela

De acordo com presidente do Senado, mudanças feitas pelo relator, Tasso Jereissati, no texto da Previdência serão transferidas à nova proposta para evitar o retorno à Câmara dos Deputados



O PRESIDENTE DO Senado, Davi Alcolumbre, afirmou ontem que o relator da reforma da Previdência, Tasso Jereissati (PSDB-CE), vai retirar os trechos que poderiam obrigar o retorno do texto à Câmara e inseri-los na PEC paralela (PEC 133/2019).

Para Davi, a solução apresentada pelo relator e pela presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Simone Tebet (PMDB-MS), é o caminho mais prudente para evitar atrasos e futuros questionamentos.

— Pelo que o senador Tasso e a senadora Simone me informaram ontem, eles vão retirar e colocar na PEC paralela, para proteção. Apesar de ter sido aprovado por unanimidade como emenda na CCJ, há uma dúvida, e, se há uma dúvida, acho que o caminho que o relator adotou foi o melhor.

Uma das emendas questionadas dá autonomia a estados e municípios para adotarem alíquotas extraordinárias de contribuição de seus servidores para cobrir eventuais deficits em seus regimes próprios de Previdência.

Outra emenda altera o



O Plenário fez ontem a terceira sessão de discussão da PEC da Previdência

trecho “a lei poderá” para “a lei instituirá sistema especial de inclusão previdenciária” e inclui a expressão “aos que se encontram em situação de informalidade”, permitindo que trabalhadores informais contribuam com a Previdência com alíquotas favorecidas.

PEC paralela

Solução para incorporar mudanças na reforma sem mexer no texto principal já aprovado pelos deputados, a PEC paralela deve ter sua votação concluída em até 15 dias após a votação da PEC 6/2019, segundo acordo firmado pelos líderes.

As duas propostas foram discutidas ontem pela terceira vez no Plenário, em primeiro

turno. Elas ainda terão de ser discutidas em outras duas sessões antes da votação em primeiro turno. Depois, passarão por outras três sessões de debate para serem apreciadas em segundo turno.

Na terceira sessão de discussão, Paulo Paim (PT-RS) e Fabiano Contarato (Rede-ES) criticaram as propostas. Paim mencionou o aumento do tempo de contribuição mínimo para homens e a extinção da aposentadoria integral por invalidez. Ele lamentou ainda a restrição ao abono salarial.

Já Contarato disse que a reforma vai prejudicar os mais humildes, “o pedreiro, o pintor, o caixa de supermercado, o motorista”.

— Vocês vão pagar uma conta que quem deve pagar é a própria União. Essa reforma é perversa, é uma reforma que maltrata, que sangra, que humilha aqueles que menos ganham neste país.

Vetos

Davi Alcolumbre disse ainda que não está prevista sessão do Congresso para analisar vetos presidenciais e negou que isso tenha relação com o veto à gratuidade para bagagem de até 23 quilos nos aviões.

— Não tem nada a ver com o veto das bagagens. Posso perder o prazo da tramitação da reforma aqui, assim como matérias importantes.

O presidente do Senado afirmou também que a exoneração de Marcos Cintra da chefia da Receita Federal não deve atrapalhar as discussões acerca da reforma tributária.

— A reforma tributária é uma reforma do Brasil. O próximo interlocutor que ficar no lugar do doutor Cintra vai ter que dialogar com o Congresso.

Outra pauta importante, segundo ele, é uma proposta para rever o dispositivo da Lei Kandir que impede os estados de cobrar ICMS sobre exportações.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

Jefferson Rudy/Agência Senado

Sindicalistas pedem regras mais justas e isonômicas de transição

Lideranças sindicais que participaram de audiência ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH) pediram que os senadores façam alterações na proposta da reforma da Previdência (PEC 6/2019). Eles defenderam transição mais justa e isonômica, regras mais razoáveis para pensão por morte e a retirada do caráter confiscatório das alíquotas.

Representante da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Fabiane Ferreira disse que o texto da reforma não contempla nenhuma melhoria significativa para servidores públicos civis, magistratura e membros do Ministério Público. Para o ex-ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, se é para

fazer um ajuste orçamentário e fiscal, que seja feito pela reforma tributária, que tem poder de reduzir as desigualdades sociais.

Representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Luiz Azevedo cobrou mobilização popular para pressionar os senadores. Representante da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), José Aureliano de Vasconcelos disse que a reforma é uma imposição.

— A gente não aguenta mais cada governo que entra retirar direitos adquiridos — acusou.

O presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS), disse que a reforma da Previdência acaba com o pacto social consagrado na Constituição.

Debatedores questionam mudanças na Receita Federal

A redução do número de superintendências regionais da Receita Federal de dez para cinco foi discutida em audiência ontem na Comissão Mista de Orçamento (CMO). Debatedores criticaram eventuais prejuízos aos contribuintes da Região Norte e da Amazônia Legal e alertaram para o risco de queda na arrecadação de impostos em um momento de crise fiscal.

Segundo o coordenador-geral de Planejamento da Receita, Jaime Durra, a reestruturação é necessária por três motivos: o Orçamento encolheu 30% nos últimos dez anos, o quadro de pessoal foi reduzido em razão de aposentadorias e houve a eliminação de um em cada

cinco cargos de chefia no início da gestão Bolsonaro.

— A base da reestruturação é a regionalização e a especialização do trabalho — disse.

O presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita (Sindifisco), Kleber Cabral, criticou a condução do processo.

— A especialização pode ser uma medida boa. Mas a administração tem sido hermética, não tem diálogo.

Já os efeitos da regionalização precisariam ser analisados, segundo Cabral.

Ele apoiou ainda o retorno de servidores efetivos para o cargo de secretário especial da Receita, prática interrompida na gestão de Marcos Cintra, demitido na quarta-feira.

Elmano defende reformas tributária e da Previdência

Elmano Férrer (Podemos-PI) defendeu que o Congresso vote urgentemente as reformas estruturantes, como a previdenciária (PEC 6/2019) e a tributária (PEC 110/2019).

De acordo com o senador, as medidas vão alavancar a economia, gerar empregos e dar mais oportunidades para a população. Elmano disse que o país enfrenta grave recessão desde 2014, comprovada pelos expressivo número de desempregados e o empobrecimento da população.

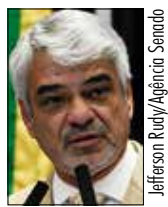


Jefferson Rudy/Agência Senado

Para Humberto, Cintra não foi demitido por CPMF

Humberto Costa (PT-PE) afirmou que a demissão de Marcos Cintra da Secretaria da Receita Federal não teve relação com a ideia de recriação da CPMF. Ele acredita que o afastamento de Cintra envolve uma disputa entre o presidente da República, Jair Bolsonaro, e o Ministro da Justiça, Sérgio Moro, pelo controle de órgãos com acesso a informações sigilosas, que podem ser usadas para comprometer adversários de ambos os lados.

— Pelo bem da democracia, que percam os dois.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Especialistas pedem marco para mercado de carbono

Em audiência sobre a Política Nacional sobre Mudança do Clima, debatedores disseram que o mercado pode ajudar o Brasil a cumprir a meta de redução de gases de efeito estufa assumida no Acordo de Paris

ESPECIALISTAS QUE PARTICIPARAM de audiência ontem na Comissão de Meio Ambiente (CMA) defenderam a criação de um marco regulatório para o mercado de carbono, que vem se expandindo no mundo, com potencial de ajudar o Brasil a atingir a meta de redução da emissão de gases de efeito estufa a partir de 2020. O compromisso foi assumido no Acordo de Paris, em 2015.

A expressão “mercado de carbono” se refere à negociação, no mercado internacional, de um crédito gerado quando uma empresa consegue reduzir a emissão de dióxido de carbono ou de outros gases igualmente geradores do efeito estufa. De acordo com o professor e pesquisador da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) Ronaldo Seroa da Motta, o Brasil está atrasado no estabelecimento desse mercado, que ainda precisa de regras, legislação e incentivo.

— As nossas iniciativas em relação à redução de gases de efeito estufa ainda estão sendo calcadas em ações de uso do solo, em particular na redução de desmatamento. Hoje, por exemplo, na América Latina, a precificação de carbono já acontece na Argentina, no Chile, no México, no Peru. Então, de certa forma, nós estamos até atrasados nessa discussão sobre precificação — afirmou. Ele explicou que o Brasil pre-



Contarato disse que tem presenciado o desmonte da área ambiental

cisa de um marco regulatório com regras de comércio, registro e monitoramento e normas de natureza fiscal sobre os direitos de emissão. Além disso, seriam necessários critérios de distribuição protegendo a competitividade, mecanismos de controle de preço e metas modestas a serem atingidas nos primeiros anos.

Estratégica

Segundo o diretor do Instituto BVRIO, Beto Mesquita, a redução de emissão de gases de efeito estufa, em relação a outros tipos de reduções, é a mais barata e estratégica de ser feita.

A senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA) criticou o governo por decisões contra a preservação do meio ambiente, como a incorporação do Ministério do Meio Ambiente ao Ministério da Agricultura, e lamentou o impacto das decisões no mercado inter-

nacional. O senador Confúcio Moura (MDB-RO) disse que o estabelecimento do mercado de carbono é muito demorado e o preço da tonelada é muito baixo, o que desestimula a iniciativa.

Essa foi a segunda audiência de cinco que serão realizadas para avaliar a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), eleita como política pública a ser analisada pela comissão. O presidente da CMA, senador Fabiano Contarato (Rede-ES), afirmou que tem presenciado o desmonte da área ambiental, o que considera um crime contra a humanidade. Ele disse que espera aprovar uma PEC para inserir na Constituição o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

— Eu sonho em aprovar o mais rápido possível a PEC que vai determinar que essa garantia seja uma cláusula pétrea — disse o senador.

Comissão aprova embaixadores para Guiana e ONU

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem a indicação do diplomata Ronaldo Costa Filho para a chefia da representação brasileira junto à Organização das Nações Unidas (ONU).

Durante a sabatina, Costa Filho foi indagado pelos senadores Fernando Collor (Pros-AL) e Chico Rodrigues (DEM-RR) sobre a repercussão para o Brasil das recentes queimadas na Amazônia, e como o país deve gerir essa crise junto à ONU.

— Não há nenhum dado sério indicando que o que ocorreu este ano esteja fora de um padrão recorrente. Esses números sobem ou caem, mas se você analisa em longo prazo, fica claro que o desmatamento vem diminuindo.

Costa Filho aproveitou para criticar o protecionismo europeu na agricultura. Ele chefiou a delegação brasileira de 2011 a 2018 no acordo Mercosul-União Europeia. Disse que

todas as vezes em que as negociações avançavam, surgiam crises e denúncias relacionadas à devastação ambiental no Brasil.

— Os europeus temem o grande vigor de nosso agronegócio. Mas meu papel agora é serenar os ânimos, a crise não é intransponível.

Os senadores também perguntaram sobre a dívida do Brasil junto à ONU. Costa Filho confirmou que o problema é sério, pois o débito já atingiu US\$ 433 milhões. O diplomata alertou que, se o Brasil não pagar pelo menos US\$ 150 milhões em 2019, perderá o direito de voto nas decisões das Nações Unidas.

Guiana

O Banco Mundial projeta que o (PIB) da Guiana deve crescer 30% em 2020 e 24% em 2021, devido ao início da exploração de grandes reservas de petróleo na costa do país. A informação é de Maria

Clara Carisio, outra diplomata sabatinada e aprovada pela CRE ontem. Ela vai chefiar a embaixada brasileira em Georgetown.

— No ano que vem a produção vai começar com 100 mil barris por dia, a partir de contratos fechados com a Exxon-Mobil [empresa de petróleo com base nos Estados Unidos]. Mas a infraestrutura que vem sendo feita já projeta nos anos seguintes uma produção diária de 500 mil barris, que poderão atingir 750 mil numa produção máxima — disse.

— A Guiana vai se tornar a Dubai da América do Sul, e nosso desafio é nos integramos ao processo e proporcionar novas oportunidades aos estados do Norte e da Amazônia brasileira. Temos que identificar rapidamente as oportunidades. Somos vizinhos e o Brasil tem muito mais possibilidades de incrementar investimentos no país — afirmou.

Debate: extintor no carro é útil, mas não deve ser regrado por lei

A presença do extintor nos automóveis é essencial porque salva vidas, principalmente quando utilizado por outros motoristas solidários para debelar incêndios em acidentes que acabaram de ocorrer, evitando o agravamento do cenário antes mesmo da chegada dos bombeiros. Mas impor a obrigação de manter um tipo específico do produto por lei federal é excessivo, pode ser considerado inconstitucional e cria reserva de mercado.

O dilema ficou evidente ontem em debate da Comissão de Fiscalização e Controle (CTFC), sobre projeto que inclui entre os equipamentos obrigatórios dos veículos o extintor de incêndio com carga de pó classe ABC (PLC 159/2017).

A obrigação foi extinta em 2015 por resolução do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), mas o deputado Moses Rodrigues (Cidadania-CE) quer retomá-la por lei. O senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) deve apresentar seu relatório sobre a proposta nos próximos dias. O projeto já teve parecer pela

prejudicialidade aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Representantes das forças que lidam diretamente com os acidentes, como bombeiros e policiais, defenderam a aprovação da proposta. Para o diretor jurídico da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais, Marcelo de Azevedo, o extintor integra os cinco pilares em que os órgãos de trânsito se apoiam para garantir segurança viária à população (engenharia, educação para o trânsito, fiscalização, legislação e segurança veicular, onde se encaixa o equipamento).

Voz dissonante na audiência, o vice-presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Carlos Eduardo Lemos, considerou impróprio aprovar uma lei federal para retomar a exigência do extintor. Isso deveria ser regulado por resolução do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), como antes, e a obrigatoriedade fere o Código de Trânsito, a Constituição e o Código de Defesa do Consumidor, disse.



Romário (E) presidiu a audiência na Subcomissão de Doenças Raras

Pesquisadores defendem mais capacitação em doenças genéticas

Em audiência ontem na Subcomissão Temporária de Doenças Raras, profissionais da área de saúde defenderam o aprimoramento do processo de formação de médicos com relação a doenças raras, especialmente as causadas por problemas genéticos. O debate foi presidido pelo senador Romário (Podemos-RJ).

De acordo com a médica geneticista Débora Gusmão Melo, representante da Sociedade Brasileira de Genética Médica, um dos maiores obstáculos para a implantação da política do SUS para atendimento a pacientes com doença genética é a escassez e a distribuição desigual de especialistas no Brasil.

— A gente pensa como implantar uma política de doenças raras no Brasil, que tem dimensão continental, e a força de trabalho para

implantação dessa política é composta de apenas 305 profissionais. Isso é inviável.

Para a médica, uma solução para contornar a dificuldade seria aprimorar, na graduação, a formação dos profissionais de saúde em genética.

— Hoje é impossível se pensar um profissional da área de saúde que não tenha um conhecimento mínimo em relação à doença genética. Porque a doença genética é prevalente, tem impacto na mortalidade infantil, e a gente tem uma política de doenças raras que não vai se sustentar a curto e médio prazo no país se os profissionais não especialistas em genética não tiverem minimamente uma formação relacionada à área — afirmou Débora, destacando que no Brasil as doenças genéticas ocupam o segundo lugar entre as causas de mortalidade infantil.